

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Desde 2011, aquando do levante da onda revolucionária conhecida como “Primavera Árabe”, o Reino do Bahrein tem acentuado a repressão contra a sua população. Na altura, a exigência de reformas sociais e políticas levou a grandes protestos populares que foram duramente reprimidos pela família Al-Khalifa, punindo quem ousasse defender questões como a liberdade de associação e reunião, a liberdade de expressão e os direitos das mulheres. Por conseguinte, vários ativistas dos movimentos pró-democracia e pró-direitos humanos foram perseguidos, processados e encarcerados, sendo punidos com penas pesadas por fazerem uso da sua opinião.

Hoje fazem parte do *modus operandi* governamental a tortura, os julgamentos injustos, a atribuição de penas desproporcionais, a revogação da nacionalidade, os desaparecimentos forçados e a promulgação de leis discriminatórias e excludentes. Os julgamentos militares, em particular, recentemente aprovados pelo governo, têm sido uma forma de promover alguns destes meios, sendo constantes os relatos de tortura e outros maus-tratos aos acusados, que não chegam a ser adequadamente investigados. Desde a aprovação desta emenda, o número de sentenças de morte proferidas aumentou drasticamente, bem como a população carcerária e a taxa de encarceramento.

Se não forem aplicadas antes da audiência militar ou até à proferição da sentença, estas práticas desumanas são efetuadas nas prisões do Bahrain. A maior delas, a prisão de Jau, alberga a maior parte dos cerca de 4 mil presos políticos que estão hoje detidos no Bahrain. As exposições que chegam através dos familiares dos detidos e de várias ONGs no local denunciam a existência de ações punitivas arbitrárias, tortura, assédio e tratamento humilhante e degradante, espancamentos físicos, desaparecimentos forçados, privação de comida e sono, uso de gás lacrimogéneo como castigo, negação de tratamento médico – mesmo para detidos com cancro e esclerose múltipla, violando diretamente as Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos (também intituladas Regras de Nelson Mandela) –, retenção de medicamentos, violação dos direitos de visitação, superlotação prisional e condições prisionais insalubres.

Alguns casos conhecidos são particularmente preocupantes. Sheik Al Salman, líder do grupo de oposição agora dissolvido Al Wefaq, cumpre uma pena de prisão perpétua por acusações relacionadas a um discurso proferido em 2018 acerca do regime do Bahrein. Nabeel Rajab, preeminente defensor dos direitos humanos, está a cumprir um total de sete anos de prisão por entrevistas na televisão e tweets destacando a tortura nas prisões do Bahrein. Outro caso é de Ebtsam al-Saegh, uma defensora dos direitos humanos que foi submetida a sete horas de tortura e interrogatório físico e psicológico em relação ao seu ativismo, e também foi violada pelas mesmas autoridades prisionais que ameaçaram violar a sua filha e eletrocutar o seu marido. E ainda o caso do Dr. Abduljalil al-Singace, ativista deficiente que também cumpre pena de prisão perpétua, e que foi espancado e abusado sexualmente por oficiais do Bahrein, tendo sido forçado a ficar de pé e assinar uma falsa confissão.

É com grande apreensão que o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda se depara com as ocorrências acima descritas, onde a criminalização de atos pacíficos de associação e expressão e a tortura de defensores dos direitos humanos continuam a ser condutas generalizadas e sistemáticas no Bahrein. A posição do Estado português e do seu governo relativamente a este cenário deve ser inequívoca: de veemente e incondicional condenação.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministro do Estado e dos Negócios Estrangeiros, as seguintes perguntas:

1. Que posição defende o Governo face à presente situação vivida no Bahrein, onde milhares de presos políticos são sujeitos a constantes atropelos dos seus direitos humanos e civis?
2. Que diligências políticas e diplomáticas está o Governo disposto a assumir para que a situação no Bahrein se altere, de forma a garantir que a integridade física e os direitos humanos e civis dos ativistas detidos não são postos em causa?

Palácio de São Bento, 30 de novembro de 2019

Deputado(a)s

ALEXANDRA VIEIRA(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)